



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

18/010/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Bolsa empresário na Oi

Enquanto a população é atacada pelo congelamento e corte de verbas para a saúde e a educação impostos pela malfadada PEC 241, o governo golpista preserva a bolsa empresário.

A bolsa, que deve custar R\$ 224 bilhões em 2017 sem contar o setor de telecomunicações, são subsídios financeiros e desonerações tributárias dada pela União aos empresários. Segundo dados da própria mídia golpista, esse valor equivale “a mais de sete vezes o valor destinado no próximo ano para o Bolsa Família (R\$ 29,7 bilhões) e supera os investimentos previstos em saúde (R\$ 94,9 bilhões) e educação (R\$ 33,7 bilhões), sem considerar o gasto com pessoal nessas áreas”. Vale lembrar que estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas aponta que se a PEC valesse desde 1998, o salário mínimo hoje estaria em R\$ 400.

Mas o pagamento aos setores que apoiam o golpe não fica só nisso. O setor de telecomunicações está recebendo belos presentes:

1. Discussão e aprovação, pelo Congresso, do Projeto de Lei 3453/15 que “altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, permitindo à Anatel alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de concessão para autorização” c ujas consequências são: fim das concessões; os bens reversíveis (que são do Estado e calculados em mais de R\$ 100 bilhões) não mais voltariam à União e seriam entregues às operadoras, principalmente para a Oi que é a maior detentora do direito de uso destes bens; doação do espectro de radiofrequências, que é um recurso limitado e um bem público, conforme artigo 157 da LGT. Impacta

diretamente a democratização dos meios de comunicação e os direitos dos consumidores.

2. Na quinta, dia 13 de outubro, o Conselho Diretor da Anatel, na prática, votou o fim das metas de universalização do setor de telecomunicações. Foi arquivado o regulamento de obrigações de universalização, pois já dão como certa a aprovação do PL 3453/15. Mais dinheiro para as operadoras investirem só nas áreas mais rentáveis para elas. A maior beneficiada é a Oi, pois está presente em 26 estados da federação.
3. A Oi tem uma dívida de R\$ 20 bilhões com a Anatel. Está em plena negociação um esquema no qual a Oi não pagaria a dívida em multas com a desculpa de que investiria o mesmo valor em banda larga. Ocorre que a dívida é dinheiro público, não pode ser investida numa rede que poderá se tornar privada se for aprovado o PL 3453/15.

Na verdade está valendo tudo para garantir os interesses empresariais: rasgar a Constituição em relação aos direitos e garantias fundamentais, direitos sociais e previdência social; beneficiar o empresariado, transferindo todos os ônus para os trabalhadores ativos e aposentados; beneficiar, em particular, uma empresa de telecomunicações, a Oi, que já deveria ter sofrido intervenção, conforme prevê a Lei Geral de Telecomunicações.

Temos que resistir e denunciar essa grave situação, senão teremos a permanência de um governo ilegítimo que só trará prejuízos a maior parte da sociedade brasileira.

Instituto Telecom, Terça-feira, 18 de outubro de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

18/10/2016 - Instituto Telecom

Kassab disse que vai estudar mudanças no decreto do Marco Civil

O ministro de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Inovações disse nesta segunda, 17, durante entrevista a jornalistas na Futurecom, que existe uma demanda das empresas de telecomunicações para uma revisão da regulamentação do Marco Civil da Internet e que o ministério vai analisar essa demanda e as possibilidades. Segundo Kassab, ainda não é possível dizer se o decreto que regulamentou o Marco Civil (Decreto 8.771/2016), que foi editado no final do governo Dilma Rousseff, será ou não alterado. "A pedido, está sendo analisada a questão, mas ainda não podemos dizer se vai ser alterado ou não". Ele disse também que o governo apoia as discussões no Congresso sobre a legislação de proteção de dados pessoais, por

meio do substitutivo do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP).

Em relação ao Plano Nacional de Banda Larga, Kassab disse que existe um processo de reavaliação dos projetos. "Estamos com um grupo de trabalho para atualizar o PNBL, dando a ele condições de compatibilidade com a situação econômica do Brasil, mas avançando onde for possível". Assim como o Plano Nacional de IoT, disse Kassab. "Queremos que o cidadão possa o mais rapidamente possível contar com essas inovações, e o governo tem um papel importante nesse sentido".

Samuel Possebon, Teletime, 18 de outubro de 2016

18/10/2016 - Instituto Telecom

Comissão da Câmara aprova auditoria na Anatel para apurar franquia na banda larga fixa

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou na semana passada a realização de auditoria na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para analisar atos e procedimentos que resultaram em autorização para que empresas de telefonia passassem a restringir o tráfego de dados na internet de banda larga no País.

Conforme a Proposta de Fiscalização e Controle do deputado Marcos Rotta (PMDB-AM) o objetivo é analisar as deliberações da agência que permitiram a limitação dos serviços de dados da banda larga fixa.

Fiscalização

Pelo texto, a auditoria deverá:

- verificar a existência de estudos técnicos que justifiquem a edição do Despacho 01/1, da Superintendência de Relações com Consumidores da Anatel, que teria permitido a inclusão dos limites à banda larga;
- avaliar as demais providências tomadas pela agência para regular o acesso à banda larga, sem necessariamente limitar esse acesso aos consumidores;

- constatar a existência de estudos comparados com outros países;
- identificar quais as ações planejadas pela agência durante o prazo de 90 dias citado no despacho.

Prazos

Conforme o Despacho 01/16, a Anatel estabeleceu um prazo de 90 dias para que as empresas comprovassem que possuíam ferramentas que permitissem ao assinante acompanhar o seu consumo e ser alertado sobre o fim da franquia de dados.

Nesse período, elas não poderiam restringir a velocidade, suspender serviços ou cobrar excedente, caso fossem ultrapassados limites contratados pelos clientes. Só depois de ter o plano aprovado pela Anatel, a empresa poderia praticar os limites de consumo.

As informações colhidas pela auditoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Defesa do Consumidor.

Telesintese/Agência Câmara, 18 de outubro de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Planejamento estima em R\$ 34,6 bilhões impacto positivo do novo modelo de telecom

O ministério do Planejamento publicou nesta segunda, dia 17, uma Nota Técnica enfatizando os benefícios que, segundo a avaliação do ministério, decorrerão da reforma do marco regulatório das telecomunicações nos termos planejados pelo Projeto de Lei 3.453/2015. Na estimativa do Planejamento, “essa reforma permitirá um aumento do investimento da ordem de R\$ 34,6 bilhões ao longo dos próximos anos”. Ainda segundo a nota técnica, “esse incremento no investimento deve trazer um impacto sobre o crescimento do PIB de, aproximadamente, 0,49 pontos percentuais. Ou seja, o exercício mostra que os investimentos no setor de telecomunicações possuem impactos indiretos três vezes maiores que os impactos diretos. A cada R\$ 10 bilhões de investimento haverá um impacto de 0,14 p.p no PIB”, diz o Planejamento.

A análise da Nota Técnica analisa sobretudo o custo dos bens reversíveis no modelo atual e quanto esse mecanismo pode estar representando de investimentos represados. A nota pondera que “alguns problemas podem emergir devido a insegurança jurídica a respeito da identificação e do valor dos bens reversíveis. Entre eles estão a inibição de investimentos, a duplicação de infraestrutura, a subutilização de ativos, a impossibilidade de alienação de imóveis, o custo de controle e fiscalização dos ativos e inventários reversíveis e as disputas judiciais entre concessionárias, agências reguladoras e sociedade civil por causa da dificuldade de mensurar os bens”. Para o Planejamento, existe uma grande expectativa dos agentes econômicos “para a aprovação dessas mudanças, uma vez que a revisão do arcabouço normativo em discussão poderá alavancar um novo ciclo de investimentos no setor”.

O estudo pondera que o cálculo com base nos bens reversíveis não seria a última forma de estimar os investimentos, mas funciona como uma “proxy” para exemplificar. O estudo considerou ainda os ganhos com os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) que, supostamente, serão celebrados entre Anatel e operadoras.

Segundo o Planejamento, “o investimento estimado com os TACs é de cerca de R\$ 19,4 bilhões (valor

nominal em 2016), enquanto o valor da adaptação deve gerar um montante de cerca de R\$ 19,9 bilhões (valor nominal em 2015)”. Em cima desses valores, foram ajustados os montantes a partir das Tabelas de Recursos e Usos (TRU) de 2014 do IBGE, chegando nos R\$ 34,6 bilhões.

“Dessa forma, foi estimado que esses investimentos venham a produzir um impacto de 0,49 p.p. no PIB, sendo que 0,12 p.p. são impactos diretos e 0,37 são impactos indiretos sobre a economia. A contribuição do valor da adaptação e dos TACs será de um impacto total de 0,26 p.p. e 0,23 p.p., respectivamente. Ou seja, o exercício mostra que os investimentos no setor de telecomunicações possuem impactos indiretos três vezes maiores que os impactos diretos. A cada R\$ 10 bilhões de investimento haverá um impacto de 0,14 p.p no PIB”, diz a nota.

Problemas da reversibilidade

O estudo aponta alguns problemas do modelo atual, sobretudo em decorrência da reversibilidade, que é, na análise do Ministério do Planejamento, o grande problema do setor hoje, aliado à assimetria regulatória entre autorizadas e concessionárias. Segundo o Planejamento, os problemas decorrentes do modelo atual são:

1. Devido a possibilidade de reversão dos novos ativos em 2025, há menos investimentos no setor, além da dificuldade de atração de novos investidores.
2. Duplicação de infraestrutura: a insegurança tem levado as empresas a instalarem cabos de fibras paralelos aos cabos de cobre, havendo perda de eficiência dos investimentos realizados e aumento do custo do capital.
3. Subutilização de ativos: os cabos de cobre poderiam ter a vida útil prolongada com a utilização de novas tecnologias, podendo ser utilizados, por exemplo, para levar serviços de banda larga, limitados à tecnologia.

Leia mais em:

<http://www.institutotelecom.com.br/planejamento-estima-em-r-346-bilhoes-impacto-positivo-do-novo-modelo-de-telecom/>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Truque

Há outro truque do governo federal para “aumentar” as despesas. Em seus levantamentos mais recentes, está incluindo nos gastos da Previdência as aposentadorias e pensões pagas aos servidores públicos. Mas, na verdade, estes estão em outro sistema, com orçamento próprio. O Dieese apenas aponta essa manobra como falsa.

Concentrando-se no que é verificável, o Dieese, em nome das centrais, propõe, então, o combate e a correção de alguns desses problemas, medidas que trariam para a Previdência, de imediato, R\$ 115, 3 bilhões.

A mídia tradicional e alguns economistas taxaram as medidas de “insuficientes”. Ora, ainda que fossem, argumenta o coordenador técnico do Dieese Clemente Ganz Lúcio, por que não adotá-las? Por que preferir primeiro apertar o cinto e pisar no calo dos trabalhadores e contribuintes menos afortunados?

“Temos de começar por algum lugar. O que estamos propondo é que as correções tenham início por cobrar aqueles que devem. Não é possível que sempre se comece com mais sacrifício aos mais pobres”, sentencia Clemente.

Para melhorar o desempenho

O Dieese pede o fim ou a revisão das desonerações previdenciárias das empresas. Em 2015, essas facilidades retiraram R\$ 62 bilhões da Previdência. Só as desonerações sobre a folha de pagamento representaram uma perda de R\$ 22, 4 milhões no mesmo período. Mudanças na legislação, mais recentes, devem



reduzir essa ausência para R\$ 15, 7 bilhões em 2016. Mas ainda é muito dinheiro.

Já as entidades filantrópicas devem deixar de contribuir em R\$ 11,4 bilhões neste ano, também por conta das isenções.

Buraco é mais em cima

Atualmente, segundo o estudo, há

uma dívida de R\$ 374,9 bilhões – não resultante de isenções, mas de contribuições simplesmente não pagas. Calote, mesmo. Para recuperar esse dinheiro, as centrais sindicais reivindicam a criação de um programa de recuperação fiscal. O governo afirma classifica que apenas R\$ 236,7 bi são recuperáveis.

No mato

O estudo das centrais, elaborado pelo Dieese, lança também questionamento sobre o regime de contribuição do agronegócio, que se beneficiarão de renúncias fiscais de R\$ 6,6 bilhões em 2016. No entanto, em lugar de tratar dessa questão, o governo prefere apontar déficit nas aposentadorias dos trabalhadores rurais.

Já a proposta de destinar à Seguridade Social receitas vindas da regulamentação dos bingos e dos jogos de azar, assim como regulamentar a cobrança sobre os jogos legais – este último previsto na Constituição – prevê acrescentar R\$ 15 bilhões anuais à Seguridade.

Tais medidas contidas no documento começaram a ser discutidas ainda com o governo Dilma, em setembro de 2015, mas as turbulências políticas frustraram os debates, ainda infrutíferos.